

Uma revista como esta

A journal such as this

A sobrevivência de uma revista como esta, não é nada fácil. Mesmo pondo de parte aquilo a que podemos chamar a “confeção do produto” — que põe à prova a persistência, a capacidade de decisão e um certo grau de diplomacia — sobram muitos outros problemas, alguns que já não são novos, outros que são próprios da época que estamos a viver.

Quando digo “uma revista como esta” quero dizer uma revista dirigida a um público restrito — cerca de 1300 internistas e várias franjas de sub-especialistas e de clínicos gerais — cujo conteúdo procura respeitar critérios mínimos de qualidade e cuja informação não é seleccionada de acordo com regras de *marketing*, mas em função do interesse científico daquilo que é enviado para publicação. Sabemos que certos assuntos atraem patrocinadores. Contudo, para o bem e para o mal, temos evitado trilhar um caminho que teria, sem dúvida, vantagens, mas que poria em causa a nossa independência editorial.

Mas, uma revista como esta, está sujeita, actualmente, a novas e terríveis formas de concorrência. Em primeiro lugar, registam-se as diversas versões portuguesas de publicações estrangeiras, cuja qualidade gráfica não deixa qualquer dúvida acerca dos poderosos meios financeiros em que se suportam e às quais nunca falta o amável patrocínio de algumas figuras de cartaz da nossa medicina.

Em segundo lugar, há que ter em conta revistas de conteúdo eclético e papel *couché*, que se dirigem a audiências mais vastas a quem fornecem conselhos e cultura médica. Dispõem de apoios de algumas estruturas oficiais e vieram para ficar e ocupar um espaço ainda pouco explorado: a divulgação, feita por supostas autoridades na matéria, de assuntos quentes, ligados à saúde. Aí se fala por vezes do que se sabe, outras vezes do que se julga saber, numa exibição de relativismo pós-moderno segundo o qual todas as opiniões são boas só pelo facto de serem opiniões. Não resisto à tentação de deixar aqui registadas algumas preciosidades, retiradas, um pouco ao acaso, de uma dessas revistas.*

“No século XXI, os professores do ensino básico e secundário, os jornalistas, os internistas e os delegados de informação médica poderão ser agentes de saúde mais importantes que os médicos”.

Quem assim fala é um “geógrafo e investigador” que, certamente, não é gago. Deslumbrado com a Internet e as novas tecnologias, não tem dúvidas em afirmar que o próximo século será o da “sociedade da comunicação”, que o segredo está em transmitir, todos os dias, ensinamentos para a prevenção e promoção da saúde, e que os clínicos poderão ser tão importantes como os restantes agentes

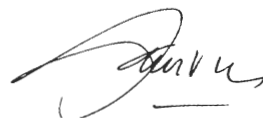
desde que não assumam uma atitude estritamente curativa. Perante tanto lugar-comum e tanto disparate apetece mandá-lo dedicar-se à Geografia e convidá-lo a ir investigar para outro lado.

Mas vejamos o que tem para nos dizer um destacado membro da Ordem dos Farmacêuticos. Divagando sobre o que é a receita médica, toma a liberdade de chamar a nossa atenção para esta definição: “*receita é uma proposta de tratamento da autoria de um médico, que solicita a um farmacêutico a sua entrega ao doente observado*”. Fantástico! Provavelmente para este ilustre senhor, receitar não envolve uma decisão terapêutica decorrente de um diagnóstico, nem conhecimentos de farmacologia, nem a rigorosa ponderação de riscos e benefícios. Para ele, o médico apenas propõe e solicita: fica-se sem saber o que é que a seguir fará o farmacêutico.

Ora bem. Se tudo isto já é, por si só, um mau sinal, o pior é quando estão envolvidos médicos com canudo e inscrição na Ordem. Como é o caso de um especialista de clínica geral que acumula estas funções com as de homeopata.

Pois foi por ele que ficámos a saber algumas coisas extraordinárias. Que a homeopatia é uma estratégia terapêutica e uma arte médica; que grande parte dos medicamentos homeopáticos “vem do reino vegetal, são plantas”; que a homeopatia é mais eficaz nas afecções agudas otorrinolaringológicas, ginecológicas e infecciosas; que existem doenças onde nem esta nem nenhuma especialidade pode curar; que os medicamentos homeopáticos estão legalizados pelo INFARMED e já se encontram nas farmácias; que a homeopatia é uma especialidade “marginalizada” em Portugal onde há médicos a exercê-la há uma dezena de anos, etc., etc. E ao explicar-nos que a homeopatia cura os sintomas provocados por certas substâncias, quando as mesmas substâncias são ministradas em doses infinitesimais, mimoseia-nos com um exemplo esclarecedor: “*Por exemplo, quando se corta uma cebola os sinais aparecem: o nariz goteja e os olhos lacrimejam. Preparada como medicamento, a cebola (Allium cepa, substância activa que produz esses sinais) alivia esses sintomas*”.

Na verdade os tempos vão difíceis e a concorrência é feroz. E a revista “Medicina Interna”, que, como as outras, necessita de recorrer ao mercado da publicidade, tem que se bater num campo que nem sempre lhe é favorável. Restanos a consolação de procurar fazer um trabalho sério e empenhado, dentro do respeito que nos merece a Medicina, os internistas e os doentes.



Barros Veloso

**Medicina e Saúde*, nº 8, 11 e 15, 1998